

PORTARIA NUCAD/SEE Nº 96/2018 - Substituição de membros da comissão
 O Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Educação, no uso da competência delegada por meio da Resolução Conjunta CGE-SEE nº 01/2018, e com base nos artigos 218 e 219 da Lei Estadual nº 869, de 5-7-1952, RESOLVE substituir a servidora Terezinha Maria Teixeira de Lima pelo servidor Walmir Eustáquio de Souza no PAD instaurado pela Portaria NUCAD/SEE Nº 62/2018, com extrato publicado na data de 20-07-2018, mantendo os demais membros consorte Portaria NUCAD/SEE n.º 80/2018, publicada em 27/09/2018, retificada pela Portaria NUCAD/SEE n.º 83/2018, publicada em 18/10/2018. Secretaria de Estado de Educação, Belo Horizonte, 7 de novembro de 2018.
 (a) Hercules Macedo
 Chefe de Gabinete de Educação

Extrato de Portaria NUCAD/SEE nº 113/2018
 Processo Administrativo Disciplinar
 Processado: G.L.M., Masp 457.267-3, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Básica, admissão 1, lotado na Escola Estadual Fernão Dias, e do cargo efetivo de Professor de Educação Básica, admissão 2
 Comissão Processante - Presidente: Marcela Torres Pereira
 Membros: Megumi Araki Okuyama e Jussara Veneza Paxeco
 Secretária de Estado de Educação, Belo Horizonte, 07 de novembro de 2018.

Extrato de Portaria NUCAD/SEE nº 114/2018
 Processo Administrativo Disciplinar
 Processados: A.L.C.R., Masp 327.693-6; M.C.A.S.M., Masp 976.848-2, ocupante do cargo de professor de educação básica aposentada, admissão 2; C.F.S., Masp 802.268-3, ocupante do cargo de ATB-Auxiliar de Secretária, admissão 1, V.M.A.P., Masp 1.169.155-7, ocupante do cargo de Analista Educacional/Inspetora Escolar, admissão 1; J.G.S.F., Masp 1.058.533-9, ocupante do cargo de ATB-Auxiliar de Secretária, admissão 1, V.S.J. Masp 857.281-0, ocupante do cargo de professora de educação básica.
 Comissão Processante - Presidente: Alessandra Cristine Miranda de Faria
 Membros: Sônia Ribeiro Leite e Saulo Gilberto Araújo de Souza
 Secretária de Estado de Educação, Belo Horizonte, 7 de novembro de 2018.

Extrato de Portaria NUCAD/SEE nº 115/2018
 Processo Administrativo Disciplinar
 Processado: O.G.A., Masp 612.193-3, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Básica, admissão 1, e do cargo efetivo de Professor de Educação Básica, admissão 4
 Comissão Processante - Presidente: Maria Célia de Oliveira
 Membros: Magda Pereira de Carvalho e Beatriz Matias Borges
 Secretária de Estado de Educação, Belo Horizonte, 07 de novembro de 2018.

DISPENSAA VICE-DIRETOR - ATO Nº 1650/2018
 O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, dispensa, a pedido, do exercício da função de Vice-diretor de Escola Estadual:
 SRE Barbacena
 CIPOTANEA
 15644 – EE José Dias Pedrosa
 MASP 380858-1, Geovanni Moreira Halfeld, PEBIIP - admissão 1, a contar de 15/10/2018.
 DESIGNAÇÃO VICE-DIRETOR – ATO Nº 1651/2018
 O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para o exercício da função de vice-diretor de Escola Estadual:
 SRE Barbacena
 CIPOTANEA
 15644 – EE José Dias Pedrosa
 MASP 446115-8, Elenice Geralda de Carvalho, a contar da publicação.
 DISPENSA VICE-DIRETOR - ATO Nº 1652/2018
 O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, dispensa, a pedido, do exercício da função de Vice-diretor de Escola Estadual:
 SRE Varginha
 LAMBARI
 173029 - EE João Nunes Ferreira
 MASP 955306-6, Rosana dos Santos Garcia Fernandes, PEBIE--admissão 2, a contar da publicação.
 DESIGNAÇÃO VICE-DIRETOR – ATO Nº 1653/2018
 O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para o exercício da função de vice-diretor de Escola Estadual:
 SRE Varginha
 LAMBARI
 173029 - EE João Nunes Ferreira
 MASP 1166015-6, Raphael de Grazia Bacha Estevam, a contar da publicação.
 DISPENSA VICE-DIRETOR - ATO Nº 1654/2018
 O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, dispensa, a pedido, do exercício da função de Vice-diretor de Escola Estadual:
 SRE Guanhaães
 GUANHÃES
 43648 – EE Senador Francisco Nunes Coelho
 MASP 880440-3, Maria Alix Damas Gonçalves, PEBIIE – admissão 1, a contar da publicação.
 DESIGNAÇÃO DIRETOR – ATO Nº 1658/2018
 O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado, o artigo 28 do Decreto nº 33.336, de 23 de janeiro de 1992 e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para exercer as funções do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual:
 SRE Guanhaães
 GUANHÃES
 43648 – EE Senador Francisco Nunes Coelho
 MASP 880440-3, Maria Alix Damas Gonçalves, DIII, a contar da publicação.

Wieland Silberschneider
 Secretário de Estado Adjunto de Educação
07 1162769 - 1

Superintendência de Organização e Atendimento Educacional

Diretora: Vera Lúcia Gonçalves Vidigal Maciel
 SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
 SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL

PORTARIA n.º 1276/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, dos artigos 11, 24 e 28 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 718, de 16 de outubro de 2018, fica recreditada, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Carbonita, e prorrogada, pelo período de 22 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018, a autorização de funcionamento do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA – Ensino Fundamental (anos finais) e o reconhecimento, pelo período de 20 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2018, do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrados pela Escola Especial José Maria de Oliveira Coimbra – APAE, situada na R. Eva Aguiar, 393, B. Cruzeiro, em Carbonita.
 SRE – Diamantina

PORTARIA n.º 1277/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 69 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando a solicitação do representante da entidade mantenedora, ficam encerradas, a partir de 31 de dezembro de 2014, as atividades do Colégio Diamante – Unidade II, de Ensino Fundamental (anos iniciais), autorizado pela Portaria SEE nº 200, de 1º de fevereiro de 2014, situado na Travessa Isaac Resende, nº 04, Centro, em Oliveira.
 Ficam revogados os atos de autorização concedidos ao estabelecimento.
 SRE – Divinópolis

PORTARIA n.º 1278/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 51 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica autorizada a mudança de denominação do Colégio São José, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situado na Avenida dos Andradas, 415, Centro, em Juiz de Fora, para Colégio Vianna Júnior, de Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 SRE – Juiz de Fora

PORTARIA n.º 1279/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 51 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica autorizada a mudança de denominação da Escola Cecenista Monteiro Lobato, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situada na R. Severino Belfort, s/nº, B. Manoel Honório, em Juiz de Fora, para Colégio CNEC de Juiz de Fora, de Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 SRE – Juiz de Fora

PORTARIA n.º 1280/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 51 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica autorizada a mudança de denominação do Colégio Meta, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situado na R. Comendador Francisco Brandt, 20, B. São Mateus, em Juiz de Fora, para Colégio Conexão – Unidade II, de Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 SRE – Juiz de Fora

PORTARIA n.º 1281/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 51 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica autorizada a mudança de denominação do Colégio João de Deus, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situado na R. Gracinda Vieira, 25, B. Durval de Barros, em Belo Horizonte, para a R. Gracinda Vieira, 182, B. Lindéia, no mesmo município.
 SRE – Metropolitana B

PORTARIA n.º 1282/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 72 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica autorizada pelo prazo de 04 (quatro) anos, a extensão dos anos finais do Ensino Fundamental, no CEMA – Centro Educacional Maria Aparecida, de Ensino Fundamental (anos iniciais), situado na R. Gracinda Vieira, 182, B. Lindéia, em Belo Horizonte.
 O citado estabelecimento passa a identificar-se como CEMA – Centro Educacional Maria Aparecida, de Ensino Fundamental.
 SRE – Metropolitana B

PORTARIA n.º 1281/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 50 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, fica divulgada, a partir de 24 de janeiro de 2013, a mudança de prédio da entidade Centro Educacional BJ Ltda – ME, da Av. Astolfo Dutra, 146, Centro, em Cataguases, para a R. Pedro Dutra Nicácio Neto, 280, B. Bela Vista, no mesmo município, mantenedora do Centro Educacional Cataguases, de Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 SRE – Leopoldina

PORTARIA n.º 1283/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, fica divulgada a mudança da numeração do prédio e da denominação do bairro do CEMA – Centro Educacional Maria Aparecida, de Ensino Fundamental (anos iniciais), da R. Gracinda Vieira, 25, B. Durval de Barros, em Belo Horizonte, para a R. Gracinda Vieira, 182, B. Lindéia, no mesmo município.
 SRE – Metropolitana B

PORTARIA n.º 1284/2018
 Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE n.º 170, de 29 de janeiro de 2002, do artigo 24 da Resolução CEE n.º 449, de 1º de agosto de 2002, e considerando o Parecer CEE n.º 671, de 12 de setembro de 2018, fica prorrogado, pelo período de 06 de julho de 2017 a 30 de novembro de 2018, o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), ministrado pela Escola Municipal Castro Alves, de Ensino Fundamental (anos iniciais), situada no Povoado de Cibrão, em Frei Gaspar.
 SRE – Teófilo Otoni

Atos assinados pela Diretora da Superintendência de Organização e Atendimento Educacional
 Vera Lúcia Gonçalves Vidigal Maciel
07 1162759 - 1

Superintendência de Pessoal

Diretora: Margareth Caldas de Souza Anício
 ATO Nº 242/2018
 FÉRIAS-PRÊMIO - FFASTAMENTO

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 9865, de 03/07/2018, a servidora: MASP 958.075-4, ANA SILVA GAMA PEREIRA BARBOSA, ANE III E, adm. 01, por 01 (um) mês, referente ao 3º (terceiro) quinquênio de exercício, a partir de 08/11/2018.

Maria da Conceição Campolina Queitiera Rodrigues do Couto
 Diretora de Administração de Pessoal do Órgão Central da Educação
07 1162530 - 1

Superintendências Regionais de Ensino - SRE

SRE de Almenera

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 66/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, A.N.S., MASP 639.597-4, PEBIA, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 67/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, A.A.S., MASP 640.347-1, ASBIF, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 68/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, A.A.S., MASP 640.347-1, ASBIF, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 69/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, G.A.A., MASP 637.525-7, PEBIP, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 70/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora falecida, G.N.C., MASP 596.115-6, PEBIA, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 71/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, M.A., MASP 856.803-2, PEBRIA, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 72/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora desligada, M.N.C.Q., MASP 638.289-9, PEBIA, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 73/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, M.A., MASP 856.803-2, PEBRIA, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 74/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, N.S.C., MASP 268.344-9, PEB3P, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 75/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, R.T.S.B., MASP 344.475-9, PEB2P, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 76/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, S.S.F., MASP 247.928-5, PEB2P, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 77/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Águas Vermelhas – servidora aposentada, T.A.A., MASP 257.939-9, EEBIP, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 78/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – servidor aposentado, I.A.S., MASP 233.988-5, PEBIP, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 79/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – servidora aposentada, J.C.V.R., MASP 636.623-1, PEBIP, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 80/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, J.A.S., MASP 611.651-1, PEBIM, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 81/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – E. E. Conde Afonso Celso, J.F.S.G., MASP 324.241-9, PEB3G, Adm. 03.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 82/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, L.P.A., MASP 170.886-6, PEB2J, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 83/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, L.S.T., MASP 278.086-4, PEB2P, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 84/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.A.A.P., MASP 630.694-8, PEBIP, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 85/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.A.C., MASP 637.174-4, PEB3P, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 86/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, M.I.R.L., MASP 278.112-8, PEBIP, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 87/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Pedra Azul – servidora falecida, M.J.P.S., MASP 103.078-2, DIV, Adm. 1 e TDE1D, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 88/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora em processo de aposentadoria, M.L.P.S.G., MASP 845.668-3, PEBIO, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 89/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora desligada, M.A.B., MASP 347.158-8, PEBIA, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 91/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – servidor aposentado, O.P.S., MASP 639.260-9, PEBIC, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 92/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – E. E. Joel Soares, O.A.T.S., MASP 638.350-9, PEB2P, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 93/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – E. E. Joel Soares, O.A.T.S., MASP 638.350-9, PEB2P, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 94/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – CESEC Querubim Fróis Otoni, R.S.A., MASP 865.221-6, PEB2F, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 94/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, W.F.S., MASP 365.266-6, PEBIP, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 96/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Almenara – servidora aposentada, A.I.B.S.R., MASP 260.332-2, EEB2P, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 98/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Jequitinhonha – servidora desligada (decisão ADI 4876/STF), A.S.M., MASP 868.869-9, PEBIA, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 97/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Jequitinhonha – servidora aposentada, A.I.B.S.R., MASP 260.332-2, EEB2P, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 98/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Jequitinhonha – servidora aposentada, C.T.S., MASP 632.927-0, ASB1G, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 101/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Jequitinhonha – servidora aposentada, C.D.S.P., MASP 365.229-4, PEBIG, Adm. 01.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 102/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Jequitinhonha – E. E. São Miguel, D.P.S.A., MASP 324.205-4, PEB2M, Adm. 02.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA DIPE Nº 103/2018 – DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias à servidora: Jequitinhonha – E. E. São Miguel, D.P.S.A., MASP 346.301-5, PEBIN, Adm. 01.